





Voto, território e classes sociais no processo eleitoral de 2022: o caso de Belém-Pará

Vote, territory and social classes in the 2022 electoral process: the case of Belém-Pará

1. Helena Lúcia Zagury Tourinho  <https://orcid.org/0000-0001-7588-1680>

1. Unama  Unama – Belém – Pará – Brasil

2. Michel de Melo Lima  <https://orcid.org/0000-0003-1757-2235>

2. Universidade Estadual do Pará  Belém – Pará – Brasil

2. André Vicente do Rosário Marinho  <https://orcid.org/0000-0003-4032-2752>

2. Unama  Belém – Pará – Brasil

Autora de correspondência: helenazt@uol.com.br

Resumo

O artigo discute os resultados do segundo turno do processo eleitoral brasileiro para Presidência da República de 2022, considerando as estratégias políticas, os interesses e as disputas manifestadas no pleito eleitoral no município de Belém, Estado do Pará. Analisa, à luz do debate territorial e de classe, a relação entre votos válidos, território e classes sociais no referido pleito. Para isso, além da revisão bibliográfica e análise documental: (i) construiu banco de dados georreferenciados com informações eleitorais do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e dados socioeconômicos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE); (ii) realizou pesquisa de opinião utilizando amostra de conveniência, estratificada por faixa de renda. Demonstra que não houve correspondência direta das classes de alta e média rendas, residentes em áreas com melhor infraestrutura, ao projeto (de direita) da candidatura de Jair Messias Bolsonaro, nem das classes de menor renda, moradoras em áreas periféricas e/ou deficitárias de infraestrutura ao projeto (de esquerda) da candidatura de Luiz Inácio Lula da Silva. Ademais, evidencia que as estratégias discursivas da mídia e das fake news repercutiram de modo e com importância diferenciada nas ações, por classe e segmento do território, no pensamento político e na decisão do voto em Belém.

Palavras-chave: Processo Eleitoral. Voto. Território. Classe. Belém.

Abstract

The article discusses the results of the second round of the 2022 process for electing the President of Brazil, considering the political strategies, interests and arguments expressed in the electoral contest in the municipality of Belém, State of Pará. It analyzes, in the light of the territorial and class debate, the relationship between valid votes, territory and social classes in that election. To do so, in addition to the bibliographical review and analysis of documents: (i) a georeferenced database was built with electoral information from the Superior Electoral Court (TSE) and socioeconomic data from the Brazilian Institute of Geography and Statistics (IBGE); (ii) an opinion survey was carried out using a convenience sample, stratified by income bands. This shows that there was no direct correspondence of the high and middle income classes, residing in areas with a better infrastructure, to the (right-wing) project of Jair

Messias Bolsonaro's candidacy, nor of the lower income classes, residing in peripheral areas and/or areas lacking in infrastructure, to the (left-wing) project of Luiz Inácio Lula da Silva's candidacy. Furthermore, it shows that the discourse strategies of the media and fake news had repercussions in different ways and with different importance on actions, by class and segment of the territory, on political thinking and on the decision for whom to cast a vote in Belém.

Keywords: Electoral Process. Vote. Territory. Class. Belém.

Introdução

O processo eleitoral, como produção social, sintetiza as contradições existentes em dada sociedade de classes, que se move e articula, em grande medida, pela ideologia da classe dominante em busca da sua hegemonia no território, em diferentes escalas e dimensões. Não obstante, em sociedades contemporâneas ocidentais, o sufrágio universal tem sido o principal instrumento pelo qual as democracias definem as representações políticas do Estado, seja no parlamento ou no sistema majoritário.

Ao elaborar o conceito de hegemonia, Gramsci (2005) alerta que as elites dominantes impõem sua ideologia como forma de consolidar seu poder, e destaca a necessidade de a classe trabalhadora se municiar ideologicamente, no sentido de fomentar uma força contra hegemônica. Ressalte-se que o conceito de hegemonia, em Gramsci, foi elaborado no contexto histórico em que a classe operária possuía grande influência no processo produtivo e era capaz de interromper a reprodução do capital. Atualmente, o chamado meio técnico-científico-informacional (Santos, 2008) dita novas realidades, em que as pessoas se tornam coadjuvantes no processo produtivo de um mundo cada vez mais globalizado e comandado pela tecnologia e pelo capital financeiro.

O processo eleitoral não está imune às transformações e mudanças estruturais ocorridas no mundo contemporâneo. Os meios pelos quais as classes dominantes vêm ditando seu modelo de democracia buscam aderência, consciente ou não, de grandes massas, ao seu projeto hegemônico, assim como a delegação, para uma minoria, do que Arendt (2007) denomina de “poder potencial”.

Como ressalta Castro (2005. p. 41), em todas as sociedades organizadas existem interesses antagônicos e conflitantes, sendo a política a forma principal de gerenciar e controlar tais conflitos. Assim, a política é um indispensável instrumento de mediação;

ela permite a convergência/contraposição de ideias e pensamentos, na perspectiva de atendimento aos mais variados interesses, transferindo as contendas sociais das ruas para os ambientes institucionais.

Nessa perspectiva da dimensão política, palco de grandes e acalorados debates, nos quais interesses coletivos e privados de classes sociais distintas são postos em disputa por meio do voto, o processo eleitoral se apresenta permeado por relações de poder, sendo estas derivadas de interesses diversos, convergentes e/ou divergentes. Tais embates se processam no espaço geográfico por meio de sua dimensão política – o território – que é definido e delimitado por e a partir de relações de poder (Souza, 1995, 1997, 2013).

O presente artigo busca analisar, à luz do debate territorial e de classe, a relação existente entre os votos válidos, o território e as classes sociais no município de Belém, no pleito de segundo turno para presidência da república ocorrido no ano de 2022.

Além dessa introdução e da explicitação da metodologia utilizada, o texto está dividido em três seções (subdivididas nos resultados e discussões) e mais as considerações finais. O primeiro momento aborda o conceito de território e de redes, articulando-os à formação sociopolítica e ao voto. O segundo, após breve caracterização do município de Belém-PA, com base em indicadores socioeconômicos e de infraestrutura urbana, apresenta a distribuição espacial, por zonas eleitorais e bairros, dos votos válidos para Presidência da República de 2022. Por fim, de forma embrionária e introdutória, na tentativa de lançar luzes para o entendimento dos resultados do processo eleitoral, suas articulações com o território e com as redes que definem distintas territorialidades, expõe-se os resultados da pesquisa de opinião realizada junto aos eleitores de Belém.

Metodologia

Para elaboração do texto, adotou-se alguns procedimentos de pesquisa e coleta de dados. Desses, destaca-se a revisão bibliográfica sobre o conceito de território em uma perspectiva geográfica, com destaque para a contribuição de autores como Sack (1986),

Ratzel (1990), Raffestin (1993), Santos (1998, 2007, 2008), Santos e Silveira (2006), Haesbaert (2009), Souza (1995, 1997, 2013) e Fuini (2020).

Além disso, realizou-se análise documental (Cellard, 2008) sobre o município de Belém, e foram levantados informações socioeconômicas e eleitorais em sítios de instituições, como o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Os dados populacionais, econômicos e eleitorais de Belém, mediante o uso de técnicas de geoprocessamento, foram georreferenciados e sistematizados em tabelas e representações cartográficas, com o objetivo de subsidiar a análise do comportamento do voto, no território, por faixas de renda.

Para captar o comportamento do eleitor e identificar fatores que estavam contribuindo para suas escolhas de voto, foi realizada uma pesquisa de opinião com uma amostra de conveniência estratificada por faixa de renda, adotando a mesma metodologia desenvolvida pelo Grupo de Pesquisa Voto, Território e Classes Sociais, integrado por pesquisadores dos oito maiores colégios eleitorais do país, do qual os autores deste artigo fazem parte.

O questionário aplicado buscou coletar informações sobre o perfil socioeconômico dos respondentes, papéis desempenhados na formação da opinião e na decisão do voto, da religião, das mídias tradicionais e digitais. Ademais, procurou-se identificar a capacidade do eleitor entrevistado distinguir notícias verdadeiras e falsas e seu alinhamento às propostas de governo dos candidatos do segundo turno.

Foram aplicados 414 questionários. Desses, 30 foram excluídos em função dos respondentes: não terem declarado a renda; informarem que não iriam votar nas eleições; e, residirem em municípios metropolitanos limítrofes ao de Belém. Chegou-se, dessa forma, à amostra pré-estabelecida de 384 respondentes, assim distribuída: 167 na faixa de renda de 0 até 2 salários mínimos (SM), inclusive os sem rendimento (43 casos); 109 na de mais de 2 até 5 SM; 50 no segmento de mais de 5 a 10 SM; e, 58 acima de 10 SM (**Tab. 1**), considerando o valor do salário mínimo da época da pesquisa, que era R\$ 1.212,00.

Tabela 1. Belém: características da amostra programada e pesquisada, 2022.

FAIXAS DE RENDA	AMOSTRA (A)	RESPONDIDOS		AJUSTE (B - C)
		TOTAL (B)	BELÉM (C)	
0 a 2 SM	167	178	11	167
Mais de 2 a 5 SM	109	110	1	109
Mais de 5 a 10 SM	50	55	5	50
Mais de 10 SM	58	58	0	58
Não declarado	-	8	8	-
Não votará	-	5	5	-
TOTAL	384	414	30	384

A – Amostra estabelecida para a pesquisa

B – Total de respondentes na pesquisa realizada no município de Belém

C – Total dos respondentes, excluídos os que: não declararam a renda (8); informaram que não iriam votar nas eleições (5); residiam em municípios metropolitanos limítrofes ao de Belém.

O questionário da pesquisa de opinião foi preenchido em dois momentos. No primeiro, de 27 de agosto a 10 de outubro de 2022, a aplicação se deu exclusivamente por meio da ferramenta *Google Forms*. Os respondentes foram acionados via redes sociais, e-mail e WhatsApp. No segundo, realizado após 10 de outubro, a aplicação dos questionários foi realizada presencialmente em terminais de transporte coletivo, feiras, escolas e universidades. Tal estratégia permitiu atingir respondentes das faixas de menores renda e nível de escolaridade, sobretudo aqueles que tinham dificuldades de leitura e/ou de manuseio da plataforma digital anteriormente utilizada.

As informações levantadas foram organizadas em tabelas e serão apresentadas a seguir, nas seções do artigo.

Discussão dos resultados

Territórios, formação sociopolítica e voto: apontamentos interpretativos

A categoria analítica “território” fornece instrumental teórico-prático importante para a apreensão do cenário sociopolítico contemporâneo, pois, permite abarcar, identificar e entender o mosaico de relações que os diversos grupos sociais exercem no que diz respeito aos processos de dominação (econômico-política) e de apropriação (simbólico-cultural) do espaço humano (Haesbaert, 2009). Dentre essas relações, destacam-se as escolhas políticas/eleitorais que são assentadas, também, em subjetividades coletivas empreendidas por motivações das mais diversas ordens.

Historicamente, a categoria território tem sido muito utilizada em diferentes perspectivas e áreas do conhecimento, com grande plasticidade de significados e

amplitude (Haesbaert, 2009; Souza, 2013; Fuini, 2020). Por conta disso, é necessário esclarecer alguns de seus principais pressupostos teóricos e práticos para que se possa pensar os vínculos que o território mantém com os processos sociopolíticos, democráticos e subjetivos, bem como com as classes sociais.

Para Fuini (2020), o termo território inicialmente foi muito usado para fazer alusão a grandes extensões de terras habitadas (*ecúmeno* e seus aspectos físicos, econômicos, militares, culturais). Sobretudo no período compreendido entre os séculos XVI-XVIII, o conceito de território desponta no pensamento científico moderno como fundamental para destacar as formas de organização política da sociedade, dentre as quais, o Estado-Nação. Nesse momento ocorre a reafirmação da vinculação e da indissociabilidade entre território, povo e o Estado, esse último visto como poder central necessário para controlar e/ou gerir uma área (Ratzel, 1990).

Tal perspectiva, de conotações jurídico-políticas e administrativas (Santos, 1998), parte da ideia bastante difundida no contexto europeu (prussiano/alemão) no último quartel do século XIX, segundo a qual não se deve conceber o Estado sem território (espaço administrado, controlado, delimitado), sem fronteiras próprias e desvinculado do solo, que é considerado espaço vital para questões relacionadas à habitação, à alimentação, à proteção, às trocas comerciais, e aos intentos expansionistas e industriais (Ratzel, 1990). Daí decorre uma visão na qual o território e o Estado encontram-se entrelaçados e dominam interpretações e ações de natureza territorial.

Com o amadurecimento do debate, o conceito de território passou a considerar outros elementos, dimensões (históricas, culturais, autonomistas etc.), agentes e escalas (Santos, 1998). Partindo dessa perspectiva plural, por exemplo, Sack (1986) abordou a territorialidade dos indivíduos e dos grupos humanos considerando-a forma espacial primária de poder.

Ao envolver aspectos físicos, sociais e psicológicos em diferentes escalas, a “territorialidade” passa a ser definida como conjunto de ações e/ou tentativas, possibilidades que podem ou não se confirmar por parte dos grupos humanos, além de afetar, influenciar e controlar pessoas, recursos, fenômenos e relações a partir da delimitação e da classificação de áreas geográficas, do estabelecimento de comunicação

e limites (fronteiras físicas e simbólicas), e por meio do reforço do controle do acesso a essas áreas, que passam a ser denominadas “territórios”.

Ao pensar a distinção entre espaço e território, Raffestin (1993), outro importante teórico da análise territorial, destaca que o primeiro é anterior ao segundo. Assim, o território se forma a partir do espaço como resultado de uma ação ou de comportamentos definidos social, histórica e espacialmente, estando esses assentados em relações de poder, conduzidas por atores que, em diferentes escalas, apropriam-se (concreta ou abstratamente) do espaço, estabelecendo delimitações em função de relações existenciais ou produtivistas (produção, troca, consumo). O espaço seria a “prisão original”, e, o território, a “prisão que os homens constroem para si” (Raffestin, 1993).

Para um marxista, o espaço não tem valor de troca, mas somente valor de uso, uma utilidade. O espaço é, portanto, anterior, preexistente a qualquer ação. O espaço é, de certa forma, "dado" como se fosse uma matéria-prima. Preexiste a qualquer ação. "Local" de possibilidades, é a realidade material preexistente a qualquer conhecimento e a qualquer prática dos quais será o objeto a partir do momento em que um ator manifeste a intenção de dele se apoderar. Evidentemente, o território se apoia no espaço, mas não é o espaço. É uma produção, a partir do espaço. Ora, a produção, por causa de todas as relações que envolve, se inscreve num campo de poder. Produzir uma representação do espaço já é uma apropriação, uma empresa, um controle portanto, mesmo se isso permanece nos limites de um conhecimento. Qualquer projeto no espaço que é expresso por uma representação revela a imagem desejada de um território, de um local de relações (Raffestin, 1993, p. 144).

Sack e Raffestin são dois grandes referenciais na discussão sobre o território, priorizando, em suas análises, o aspecto de relações de poder e de controle que se manifestam, em diferentes escalas, sobre o espaço; esse que é considerado um substrato material, uma espécie de palco no qual os recursos encontram-se distribuídos sobre uma área (Sack, 1986), ou como uma matéria-prima inicial dos processos de territorialização (Raffestin, 1993).

Para Santos (1998, 2007, 2008) e Santos e Silveira (2006), o território apresenta diversas dimensões e é multiescalar, não se confundindo apenas com a sua noção jurídico-política (Estado-nação). De acordo esses autores, o território pressupõe o uso, consistindo no quadro da vida, uma expressão da realidade e da existência individual e coletiva da história humana.

Nesse sentido, configura-se a partir da práxis, da ação da sociedade sobre a natureza, sobre o espaço em determinado contexto histórico, manifestadas em ocupações, atribuições de valor, diferentes modos de produção, relações de poder, trabalho e paixões de atores diversos (Santos, 1998, 2007, 2008; Santos; Silveira, 2006). Assim, o território é conjunto de

[...] objetos e ações, sinônimo de espaço humano, espaço habitado. Mesmo a análise da fluidez posta ao serviço da competitividade, que hoje rege as relações econômicas, passa por aí. De um lado, temos uma fluidez virtual, oferecida por objetos criados para facilitar essa fluidez e que são, cada vez mais, objetos técnicos. Mas, os objetos não nos dão senão uma fluidez virtual, porque a real vem das ações humanas, que são cada vez mais informadas, ações normatizadas (Santos, 1998, p. 16).

As definições apresentadas são essenciais na discussão sobre a produção de territórios e territorialidades. No entanto, para se distanciar do entendimento do espaço apenas como um substrato material passivo e para entender as dinâmicas diferenciadas dos territórios sem abordá-los como sinônimo de espaço geográfico, destaca-se como central para este trabalho o debate empreendido por Souza (1995, 1997, 2013). Para esse autor, o território é definido e delimitado por e a partir de relações de poder, aqui entendidas não apenas como dominação (violência, força, coerção, vigor etc.), mas, também, pelo potencial de ação coletiva, de autonomia, de liberdade. É importante destacar que não existe poder sem território, sem relação/referência a um grupo social em conexão com o espaço (Souza, 2013).

Dessa forma, o território consiste na dimensão política do espaço, não sendo mais considerado apenas palco, mas sim produto social e força produtiva, substrato material que compreende a primeira e a segunda natureza, essencial para análises sobre processos de territorialização (Souza, 2013). Conseqüentemente, o território consiste em possibilidade para o entendimento da formação sociopolítica dos atores sociais.

[...] o fato de se admitir que o território, na qualidade de uma projeção espacial de relações de poder, não deve ser confundido com o substrato não quer dizer, de jeito nenhum, que seja possível compreender e, mais ainda, investigar territórios concretos (sua origem e as causas de suas transformações ao longo do tempo) sem que o substrato espacial material do espaço social seja devidamente considerado (Souza, 2013, p. 95).

O espaço, ressalte-se, tende a ser objeto de disputa e de apropriação, ou seja, de territorialização (Souza, 1997). Enquanto fonte de recursos naturais vitais, matérias-primas, benfeitorias e de toda sorte de valorização realizada, equipamentos, plantas

industriais etc., ou sendo, ele mesmo um recurso (localizações geoeconômicas ou geopoliticamente estratégicas), o espaço é base de sobrevivência, seu domínio é fonte de poder. Por consequência, é alvo de cobiça, de desejo de apropriação e de luta por controle. Além da sua importância instrumental, militar e/ou econômica, também tem relevância cultural para os grupos.

Partindo dessas premissas, o território expressa relações de poder inter-escalares espacialmente delimitadas, sendo entendido como um campo de forças, uma teia de relações e dimensões (econômica, política e simbólico-cultural) associadas à ideia de projeção/ingerência/controle sobre um espaço, que, a partir de sua complexidade interna e externa, define, ao mesmo tempo, limites, alteridades e interações entre os atores sociais (Souza, 1995, 1997, 2013).

Daí decorre que, seja na perspectiva zonal ou contígua, seja na perspectiva em rede – que articula fluxos, substratos espaciais materiais e sujeitos/subjetividades coletivas –, diversas territorialidades (materiais ou imateriais [virtuais]) são constituídas (Souza, 2013) e essas configuram possibilidades de formação sociopolítica e manutenção de hegemonias entre classes sociais, permitindo a continuidade de relações de poder ou mesmo a constituição de insurgências, resistências e contra-racionalidades.

O instrumental teórico apresentado é fundamental para o entendimento dos processos que têm ocorrido no Brasil, no contexto recente das primeiras décadas do século XXI, no qual, nas ruas e nas redes, um forte sentimento de polarização política, associado aos espectros da esquerda e da direita, tem tomado conta da população (Rocha; Solano, 2019). Referido processo manifesta-se nas ruas (movimentos sociais, igrejas, associações de bairros etc.) e nas mídias (televisivas, jornalísticas e redes sociais), sendo importante para a construção das subjetividades coletivas que produzem diferentes territorialidades, conflitos e formações sociopolíticas no contexto local, regional e nacional.

Para Sonnleitner (2013), o ato de votar é parte de um comportamento socialmente construído que se territorializa. Ao se territorializar, tal ato o faz por meio de um campo de forças hegemônicas e contra hegemônicas em constante embate na disputa pelo poder no território.

Nas últimas eleições majoritárias, travou-se no Brasil verdadeira “guerra civil”, no sentido abordado por Dardot *et al.* (2021), na qual hegemonias e contra hegemonias – vinculadas aos embates entre classes sociais, raças, gênero e etnias diversas – confrontaram-se no contexto de afirmação do capitalismo globalizado e do neoliberalismo enquanto a sua razão de mundo contemporânea.

Raffestin (1993. p. 150) destaca que os sistemas territoriais são formados por tessituras, nós e redes. A partir desse entendimento, infere-se que os territórios eleitorais nas eleições, conformam relações hierarquizadas de poder, horizontais e verticais, articuladas por meio de redes (Dias, 2000) cujos nós de comando e delimitações espaciais das forças políticas nem sempre são claras. Num esforço inicial e incompleto de desvelar tais relações, apresentam-se resultados de Belém, no último pleito eleitoral para a Presidência da República.

O município de Belém–PA: caracterização socioeconômica e resultado eleitoral

Localizado no norte do país, na região estuarina da foz do rio Amazonas, o município de Belém possui 1.059,466 km² e abriga 1.303.403 habitantes, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística para 2022 (IBGE, 2023). É capital do Estado do Pará, Metrópole 1C integrante do Arranjo Populacional de Belém/PA (IBGE, 2020) e município-polo da Região Metropolitana de Belém.

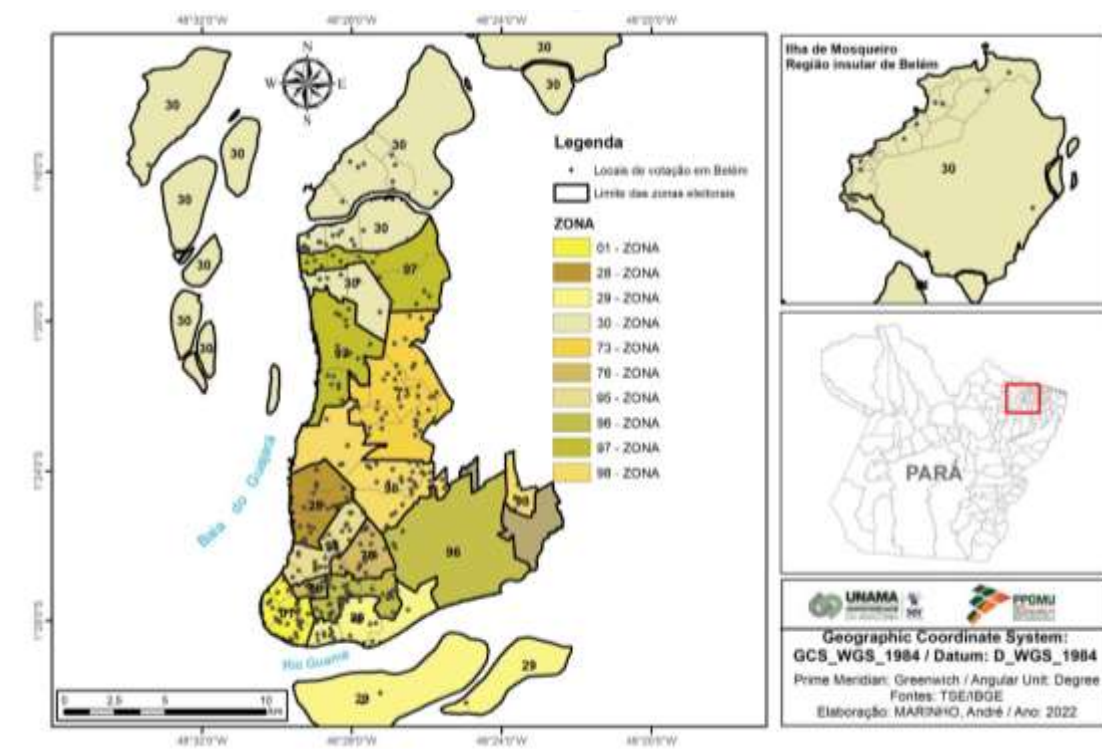
Em 2020, o Produto Interno Bruto (PIB) per capita belenense foi de R\$20.562,10, o que coloca Belém na 2.731ª posição dentre os 5.570 municípios brasileiros. Nesse mesmo ano, o rendimento médio mensal era de 3.5 salários mínimos, o percentual de pessoas ocupadas em relação à população total era de 28.2% e 39% da população vivia em domicílios com rendimentos mensais de até meio salário mínimo por pessoa (IBGE, 2023).

Ao quadro de fraco desempenho de indicadores econômicos, adiciona-se a precariedade de serviços urbanos. Com área urbanizada estimada em 147,35 km², no ano de 2019, e cerca de 99,14% da população total vivendo em área urbana, segundo os dados

do Censo de 2010¹, o município contabiliza apenas 36.1% de domicílios urbanos em vias públicas com urbanização (bueiro, calçada, pavimentação e meio-fio), e, a despeito de estar localizado na Amazônia, somente 22.3% dos domicílios urbanos estavam em vias públicas com arborização.

No ranking de saneamento de 2020, Belém está em 96ª posição entre os cem maiores municípios brasileiros, totalizando a nota 3,20 em uma escala de 0 a 10 pontos. Segundo dados da Companhia Estadual de Saneamento (COSANPA), 73,41% da população contava com abastecimento de água, mas somente 17,14% são atendidos com rede esgoto e o Indicador de Esgoto Tratado Referido à Água Consumida é 3,61.

Figura 1. Belém: Distribuição das zonas e locais de votação, 2022.



Fonte: TSE. Eleições 2022.

Elaboração: Os autores

Quanto ao perfil religioso, de acordo com o Censo de 2010, do total de 1.393.399 mil habitantes, 883.109 pessoas (63,37%) se declararam católicas, 397.759 pessoas (28,54%) informaram ser evangélicas e 21.306 pessoas (1,53%) se identificaram como

¹ O texto utiliza informações do Censo de 2010 por conta da necessidade de trabalhar com dados desagregados, que possibilitam análises mais profundas de infraestruturas e serviços urbanos. O ideal seria trabalhar dados mais recentes (Censo de 2022), no entanto, esses ainda não estavam disponíveis no momento da elaboração do artigo.

espíritas. Mas, tudo indica que tais percentuais deverão ser profundamente alterados após os resultados no novo Censo, dados o crescimento e a difusão espacial visível das igrejas evangélicas no município.

Quanto ao colégio eleitoral, 1.066.292 eleitores estavam aptos a votar em 2022, distribuídos em 2.812 seções, 10 zonas eleitorais e 363 locais de votação, de acordo com informações do portal de dados abertos do Tribunal Superior Eleitoral – Eleição 2022 (Fig. 1).

Tabela 2. Distribuição dos votos válidos por candidato e turno, segundo zona eleitoral, 2022.

CANDIDATOS	Z_1	Z_28	Z_29	Z_30	Z_73	Z_76	Z_95	Z_96	Z_97	Z_98	TOTAL	
											Unid.	%
1º Turno												
Luiz Inácio Lula da Silva (PT/)	32.777	38.488	42.463	44.106	45.883	30.025	35.376	42.658	46.907	33.524	392.207	45,74
Jair Messias Bolsonaro (PL)	29.579	34.133	32.221	41.737	46.720	33.995	38.208	33.584	42.201	38.186	370.564	43,21
Simone Nassar Tebet (MDB)	4.348	5.569	5.487	6.947	6.603	4.635	5.342	5.456	6.524	5.170	56.081	6,54
Ciro Ferreira Gomes (PDT)	2.459	2.628	2.574	2.689	3.535	2.906	3.032	2.815	2.944	2.954	28.536	3,33
Soraya Vieira Thronicke (UNIÃO)	382	637	570	765	700	383	463	485	759	502	5.646	0,66
Luiz Felipe Chaves D'Avila (NOVO)	255	200	180	170	268	337	335	222	245	273	2.485	0,29
Kelmon Luis da Silva Souza (PTB)	59	82	71	74	101	74	91	56	81	75	764	0,09
Leonardo Pérciles Vieira Roque (UP)	55	33	66	26	59	40	54	63	47	53	496	0,06
Vera Lucia Pereira da Silva Salgado (PSTU)	29	34	47	24	51	33	30	45	49	31	373	0,04
Sofia Pádua Manzano (PCB)	18	20	27	18	35	21	31	31	24	24	249	0,03
Jose Maria Eymael (DC)	11	7	4	10	19	8	11	8	16	12	106	0,01
TOTAL	69.972	81.831	83.710	96.566	103.974	72.457	82.973	85.423	99.797	80.804	857.507	100,00
2º Turno												
Luiz Inácio Lula da Silva	35.740	42.545	46.360	47.651	50.934	33.469	39.425	46.942	51.280	37.512	431.858	50,28
Jair Messias Bolsonaro	33.569	39.804	37.529	48.327	54.013	38.253	43.659	38.933	49.141	43.823	427.051	49,72
TOTAL	69.309	82.349	83.889	95.978	104.947	71.722	83.084	85.875	100.421	81.335	858.909	100,00

Fonte: TSE. Eleições 2022.

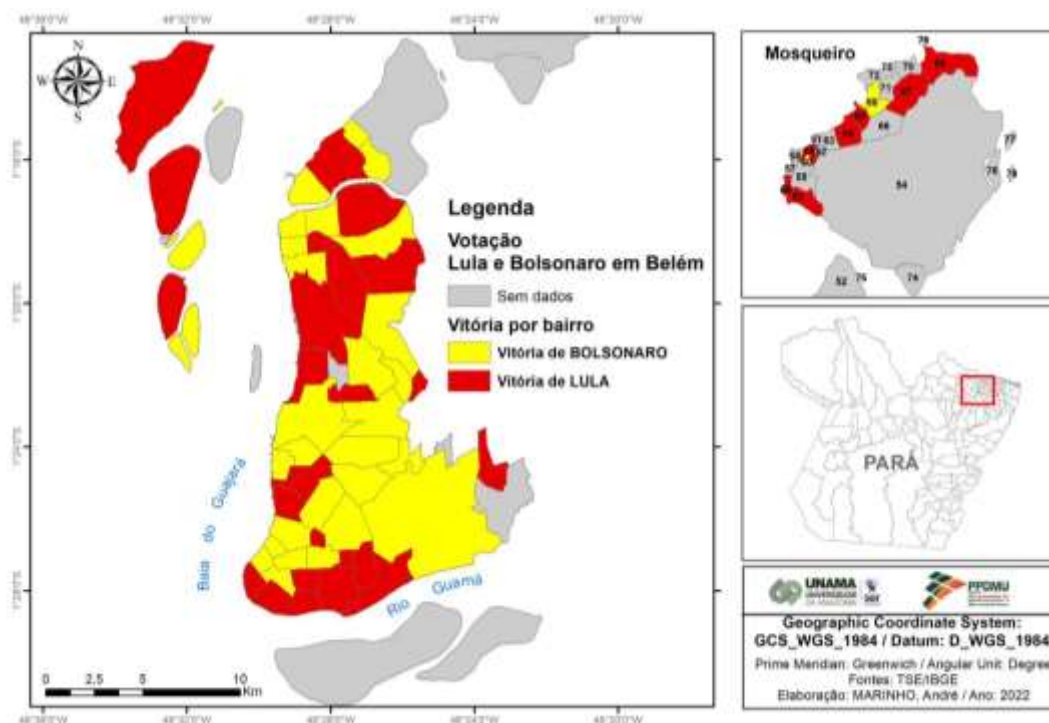
Elaboração: Os autores

A **Tab. 2** apresenta os resultados dos votos válidos nos primeiro e segundo turnos, por candidato e zona eleitoral. Ela permite constatar que, nas últimas eleições para escolha do Presidente da República, do total de eleitores aptos, 80,42% votaram no primeiro turno e 80,55% no segundo. O candidato Luiz Inácio Lula da Silva (da coligação

PT/PCB/PV/SOLIDARIEDADE/ PSOL/REDE/PSB/AGIR/ AVANTE/PROS) obteve 45,74% dos votos no primeiro turno e 50,28% no segundo, contra 43,21% e 49,72% de Jair Bolsonaro, respectivamente.

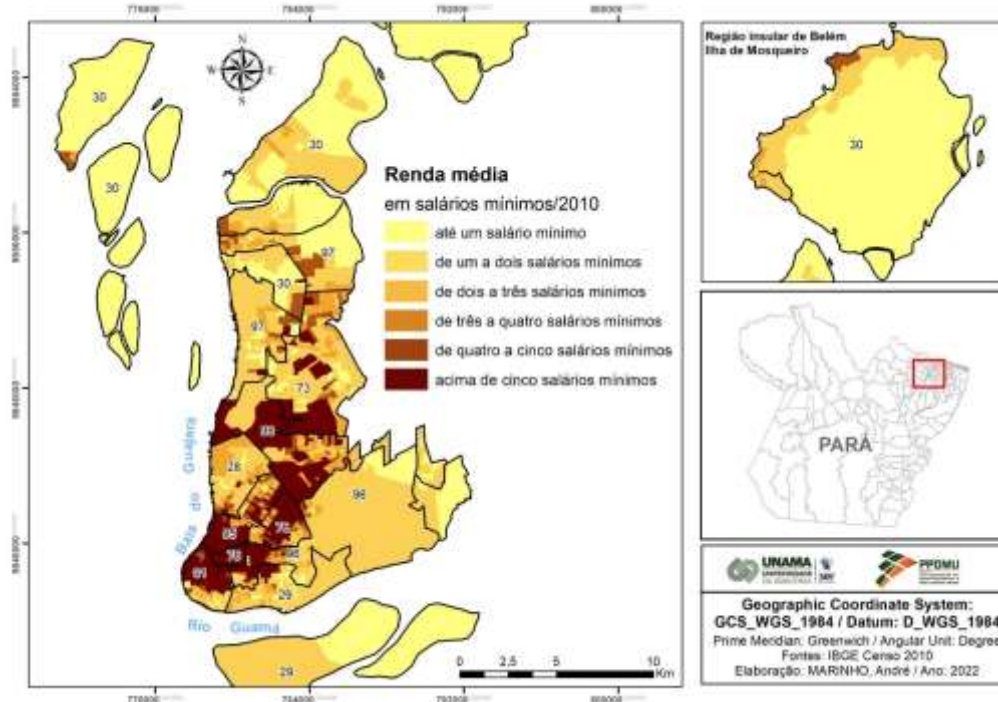
As Figs. 2, 3 e 4 apresentam, respectivamente, os resultados por bairro da votação no segundo turno, a distribuição dos estratos de rendimento nominal médio mensal dos responsáveis por domicílios particulares permanentes e o IDHM de 2010.

Figura 2. Belém: Distribuição dos votos no segundo turno eleitoral, por candidato e bairro, 2022.



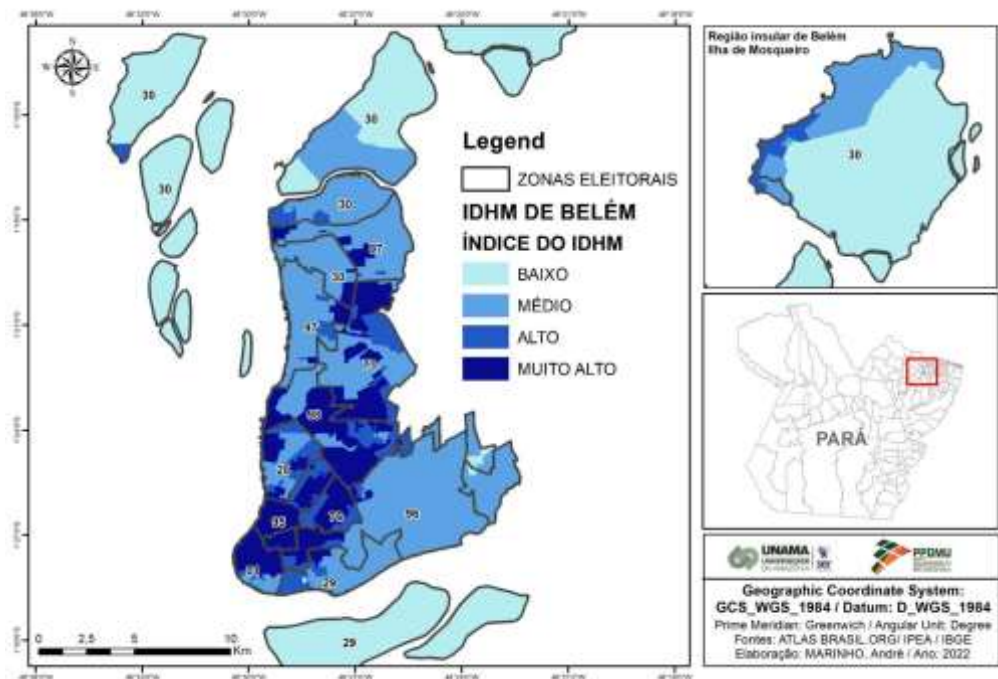
Fonte: TSE. Eleições 2022.
Elaboração: Os autores.

Figura 3. Belém: Distribuição dos estratos de rendimento nominal médio mensal dos responsáveis por domicílios particulares permanentes, por bairro, 2010.



Fonte: TSE. Eleições 2022.
 Elaboração: Os autores.

Figura 4. Belém: Índice de Desenvolvimento Humano Municipal por bairro, 2010.



Fonte: TSE. Eleições 2022.
 Elaboração: Os autores

Partindo-se do pressuposto que houve poucas alterações na distribuição espacial da renda e do IDHM entre os bairros belenenses, fica evidente que, nos estratos e territórios de maior renda e de melhor desempenho do referido índice, a tendência foi o voto majoritário em Bolsonaro. É de se destacar, contudo, a grande quantidade de bairros de menores renda e IDHM que escolheram Bolsonaro no escrutínio.

No esforço de compreender tal comportamento, apresenta-se, a seguir, os resultados da pesquisa exploratória de opinião realizada em Belém, durante o período das eleições.

O município de Belém–PA: resultados da pesquisa de opinião

Seguindo a metodologia anteriormente detalhada para a pesquisa de opinião, foram aplicados os questionários que relacionam voto, território e classes sociais.

A **Tab. 3** apresenta os dados relativos ao perfil socioeconômico dos respondentes. A maioria dos entrevistados tinha de 25 a 59 anos (67%), autodeclarou-se branca (32%) ou parda (46%), mulher (59%) ou homem cisgênero (37%) e heterossexual (81%). O grau de instrução variou bastante do observado no município de Belém, pois aproximadamente 75% dos entrevistados possuíam nível superior; eram graduados 22%, pós-graduados 37,5% ou possuíam ensino superior incompleto 15%. Trata-se, portanto, de um conjunto de pessoas que tem ou teve acesso à educação formal superior.

Tabela 3. Belém: Perfil socioeconômico dos respondentes da pesquisa.

IDADE	< 2 SM		2 A 5 SM		5 A 10 SM		> 10 SM		TOTAL	
	Unid.	%	Unid.	%	Unid.	%	Unid.	%	Unid.	%
16 - 17 anos	6	1,56	0	0,00	0	0,00	0	0,00	6	1,56
18 - 24 anos	54	14,06	8	2,08	0	0,00	0	0,00	62	16,15
25 - 34 anos	47	12,24	40	10,42	6	1,56	4	1,04	97	25,26
35 - 44 anos	23	5,99	28	7,29	13	3,39	8	2,08	72	18,75
45 - 59 anos	27	7,03	22	5,73	20	5,21	18	4,69	87	22,66
60 - 69 anos	8	2,08	9	2,34	7	1,82	27	7,03	51	13,28
70 anos ou mais	2	0,52	2	0,52	4	1,04	1	0,26	9	2,34
TOTAL	167	43,49	109	28,39	50	13,02	58	15,10	384	100,00
COR	< 2 SM		2 A 5 SM		5 A 10 SM		10 SM		TOTAL	
	Unid.	%	Unid.	%	Unid.	%	Unid.	%	Unid.	%
Branca	39	10,16	29	7,55	30	7,81	24	6,25	122	31,77
Parda	77	20,05	26	6,77	57	14,84	17	4,43	177	46,09
Preta	43	11,20	3	0,78	20	5,21	8	2,08	74	19,27
Amarela	4	1,04	0	0,00	0	0,00	0	0,00	4	1,04
Indígena	4	1,04	0	0,00	1	0,26	0	0,00	5	1,30
Prefiro não responder	1	0,26	0	0,00	0	0,00	1	0,26	2	0,52

TOTAL	168	43,75	58	15,10	108	28,13	50	13,02	384	100,00
GÊNERO	< 2 SM		2 A 5 SM		5 A 10 SM		> 10 SM		TOTAL	
	Unid.	%	Unid.	%	Unid.	%	Unid.	%	Unid.	%
Homem cis	55	14,32	26	6,77	46	1,20	16	4,17	143	37,24
Homem trans	3	0,78	0	0,00	0	0,00	0	0,00	3	0,78
Mulher cis	101	26,30	30	7,81	63	1,64	34	8,85	228	59,37
Não binário	3	0,78	1	0,26	0	0,00	0	0,00	4	1,04
Não sei ou prefiro não responder	4	1,04	1	0,26	0	0,00	0	0,00	5	1,30
Outros	1	0,26	0	0,00	0	0,00	0	0,00	1	0,26
TOTAL	167	43,49	58	15,10	109	2,84	50	13,02	384	100,00
ORIENTAÇÃO	< 2 SM		2 A 5 SM		5 A 10 SM		10 SM		TOTAL	
	Unid.	%	Unid.	%	Unid.	%	Unid.	%	Unid.	%
Bissexual	0	0,00	0	0,00	1	0,26	0	0,00	1	0,26
Heterossexual	119	30,99	55	14,32	89	23,18	47	12,24	310	80,73
LGBTQIA+	40	10,42	3	0,78	18	4,69	3	0,78	64	16,67
Não sei ou prefiro não responder	8	2,08	0	0,00	1	0,26	0	0,00	9	2,34
TOTAL	167	43,49	58	15,10	109	28,39	50	13,02	384	100,00
INSTRUÇÃO	< 2 SM		2 A 5 SM		5 A 10 SM		10 SM		TOTAL	
	Unid.	%	Unid.	%	Unid.	%	Unid.	%	Unid.	%
Pós-graduação	14	3,65	46	11,98	47	12,24	37	9,64	144	37,50
Superior completo	26	6,77	12	3,13	34	8,85	13	3,39	85	22,14
Superior incompleto	42	10,94	0	0,00	14	3,65	0	0,00	56	14,58
Médio completo	29	7,55	0	0,00	7	1,82	0	0,00	36	9,38
Médio incompleto	17	4,43	0	0,00	4	1,04	0	0,00	21	5,47
Fundamental completo	13	3,39	0	0,00	2	0,52	0	0,00	15	3,91
Fundamental incompleto	22	5,73	0	0,00	1	0,26	0	0,00	23	5,99
Sem instrução formal	4	1,04	0	0,00	0	0,00	0	0,00	4	1,04
TOTAL	167	43,49	58	15,10	109	28,39	50	13,02	384	100,00
RELIGIÃO	< 2 SM		2 A 5 SM		5 A 10 SM		10 SM		TOTAL	
	Unid.	%	Unid.	%	Unid.	%	Unid.	%	Unid.	%
Acredita em Deus, mas sem religião	1	0,26	0	0,00	0	0,00	0	0,00	1	0,26
Ateu ou agnóstico	27	7,03	4	1,04	14	3,65	4	1,04	49	12,76
Católica	60	15,63	37	9,64	52	13,54	20	5,21	169	44,01
Cristã	1	0,26	0	0,00	0	0,00	1	0,26	2	0,52
Cristão	0	0,00	1	0,26	0	0,00	0	0,00	1	0,26
Espírita	5	1,30	5	1,30	8	2,08	10	2,60	28	7,29
Espiritualista	0	0,00	1	0,26	0	0,00	0	0,00	1	0,26
Evangélica de Missão	7	1,82	1	0,26	3	0,78	4	1,04	15	3,91
Evangélica Neopentecostal	7	1,82	0	0,00	0	0,00	1	0,26	8	2,08
Evangélica Pentecostal	15	3,91	0	0,00	8	2,08	2	0,52	25	6,51
Judaica	0	0,00	0	0,00	0	0,00	1	0,26	1	0,26
Judeu	1	0,26	0	0,00	0	0,00	0	0,00	1	0,26
Não tem religião	32	8,33	6	1,56	20	5,21	7	1,82	65	16,93
Neopagã	1	0,26	0	0,00	0	0,00	0	0,00	1	0,26
Religiões de matriz afrodescendentes	10	2,60	3	0,78	3	0,78	0	0,00	16	4,17
Xamã	0	0,00	0	0,00	1	0,26	0	0,00	1	0,26
TOTAL	167	43,49	58	15,10	109	28,39	50	13,02	384	100,00
DISTRITOS/RENDA	< 2 SM		2 A 5 SM		5 A 10 SM		10 SM		TOTAL	
	Unid.	%	Unid.	%	Unid.	%	Unid.	%	Unid.	%
Z – 1	5	1,30	5	1,30	9	2,34	4	1,04	23	5,99
Z – 28	18	4,69	2	0,52	8	2,08	2	0,52	30	7,81
Z – 29	7	1,82	0	0,00	7	1,82	4	1,04	18	4,69
Z – 30	9	2,34	0	0,00	3	0,78	1	0,26	13	3,39

Z – 73	38	9,90	0	0,00	12	3,13	7	1,82	57	14,84
Z – 76	17	4,43	20	5,21	18	4,69	13	3,39	68	17,71
Z – 95	20	5,21	13	3,39	18	4,69	7	1,82	58	15,10
Z – 96	20	5,21	12	3,13	16	4,17	5	1,30	53	13,80
Z – 97	11	2,86	2	0,52	6	1,56	1	0,26	20	5,21
Z – 98	17	4,43	4	1,04	8	2,08	4	1,04	33	8,59
(vazio)	5	1,30	0	0,00	4	1,04	2	0,52	11	2,86
TOTAL	167	43,49	58	15,10	109	28,39	50	13,02	384	100,00

Fonte: Elaboração dos autores a partir da compilação dos dados da Pesquisa de Opinião.

Declararam-se católicos 44% da amostra, na sequência, estavam os ateus e agnósticos (13%) e os que não tinham religião (17%). Os evangélicos totalizam 12% dos entrevistados (6,5% neopentecostais, 4% de missão e 2% pentecostais). Cabe ressaltar que esses dados devem ser relativizados, dada a enorme resistência dos evangélicos em responder à pesquisa até o final. Em diversas situações, à medida em que questões mais sensíveis a esse segmento eram apresentadas, o preenchimento dos questionários foi interrompido ou recusado.

Quanto ao perfil de renda dos respondentes, observa-se que no segmento de até 2 SM está a maioria das pessoas: pretas e pardas; com até o grau médio completo de instrução; da religião evangélica. Todos os que se declararam não binários, homens trans ou que preferiram não responder sobre seu gênero e orientação sexual estão nessa faixa de renda.

Para entender como se informam e/ou qual o nível de informação do eleitor pesquisado, procurou-se levantar, também, as fontes utilizadas, a capacidade de reconhecimento de notícias falsas e das propostas de políticas públicas dos Programas de Governo dos principais candidatos à Presidência da República, considerando os temas trabalho e emprego, economia, assistência social, educação, saúde, habitação, saneamento básico e segurança pública.

No tocante às fontes de informação mais acessadas, os entrevistados podiam selecionar até três mídias usadas. Observa-se que em Belém, os entrevistados, das mais baixas às mais elevadas rendas acessam redes sociais para se informar, sobretudo o Instagram (21,11%), a internet (19,99%) e a TV aberta (18,11%). Na sequência de importância estão praticamente empatados a TV por assinatura/cabo e o WhatsApp (9,21%) (**Tab. 4**).

Tabela 4. Belém: Mídias de acesso à informação acessadas pelos entrevistados.

MÍDIAS	<2 SM		2 A 5 SM		5 A 10 SM		>10 SM		TOTAL	
	Unid.	%	Unid.	%	Unid.	%	Unid.	%	Unid.	%
Facebook	32	2,40	17	1,27	5	0,37	7	0,52	61	4,57
Instagram	94	7,04	63	4,72	31	2,32	62	4,64	282	21,11
Internet	86	6,44	69	5,16	37	2,77	75	5,61	267	19,99
Jornal impresso/digital	37	2,77	32	2,40	9	0,67	15	1,12	93	6,96
Mídias que confio	0	0,00	0	0,00		0,00	1	0,07	1	0,07
Rádio ou Podcast	45	3,37	32	2,40	11	0,82	15	1,12	103	7,71
Telegram	17	1,27	10	0,75	1	0,07	2	0,15	30	2,25
TikTok	5	0,37	1	0,07	0	0,00	1	0,07	7	0,52
TV por assinatura/a cabo	34	2,54	22	1,65	19	1,42	50	3,74	125	9,36
Twitter	26	1,95	18	1,35	6	0,45	12	0,90	62	4,64
WhatsApp	48	3,59	28	2,10	13	0,97	34	2,54	123	9,21
Jovem Pan	1	0,07	0	0,00		0,00	0	0,00	1	0,07
TV aberta	91	6,81	63	4,72	30	2,25	58	4,34	242	18,11
TOTAL	516	38,62	338	25,30	157	11,75	325	24,33	1336	100,00

Fonte: Elaboração dos autores a partir da compilação dos dados da Pesquisa de Opinião.

Saltam aos olhos os elevados percentuais de uso das mídias digitais nas camadas de menor renda, que, majoritariamente se informam por esses meios e que, por razões econômicas óbvias, só perdem em termos percentuais no quesito TV por assinatura/a cabo para o estrato de mais de 10 SM (**Tab.4**).

Esses dados revelam o papel enorme que as mídias digitais possuem na formação sociopolítica dos respondentes, e, nessa perspectiva, constata-se a importância de atentar para as redes (Dias, 2000), sobretudo no sentido da difusão de informações, ideologias e/ou subjetividades, que, conseqüentemente, produzem territorialidades materiais e simbólicas (Souza, 1995, 1997, 2013) associadas ao processo eleitoral e suas respectivas propostas de governo.

O nível de instrução da maioria dos respondentes e a possibilidade de checagem de informações advindas do domínio de uso de mídias digitais não garantiram ao grupo pesquisado capacidade de discernirem, a partir de um conjunto de enunciados, quais eram as notícias verdadeiras.

Isso pode ser constatado na **Tab. 5**, na qual, nota-se que 23,90% dos entrevistados acreditaram na “Série sobre a fome do Jornal Nacional mostra que durante a ‘era PT’ o Brasil permanecia no mapa da fome das Nações Unidas” e que 22,42% da amostra consentiu como verdadeira a notícia “Vaza documento do PT que prevê confisco de bens de cidadãos brasileiros”. Ademais, 6,59% acreditavam que “Se eleito, Lula atacará igrejas

evangélicas, aprovará leis pró-aborto e ideologia de gênero”. Considerando apenas a faixa de renda de até 5 SM (276 entrevistados), esses números sobem substancialmente para 52,9%, 35,87 e 16,3%, respectivamente.

Tabela 5. Belém: Crença afirmativa dos entrevistados em notícias

ENUNCIADOS	< 2 SM		2 A 5 SM		5 A 10 SM		> 10 SM		TOTAL	
	Unid.	%	Unid.	%	Unid.	%	Unid.	%	Unid.	%
1. Em 2018, o candidato Bolsonaro simulou um atentado a faca para alavancar a sua campanha	47	2,77	14	0,82	6	0,35	3	0,18	53	3,12
2. Barroso (TSE) afirma que a contagem de votos é feita por uma empresa terceirizada.	3	0,18	2	0,12	0	0,00	2	0,12	6	0,35
3. Bolsonarista invade festa e mata petista em comemoração do seu aniversário no Paraná.	55	3,24	59	3,47	30	1,77	45	2,65	216	12,71
4. Plano contra Bolsonaro omite pesquisa interna em que Lula tem 17% diante de 62% de Bolsonaro	8	0,47	9	0,53	0	0,00	1	0,06	23	1,35
5. Governo [Bolsonaro] amplia isenção de impostos para pastores.	35	2,06	0	0,00	2	0,12	0	0,00	2	0,12
6. Se eleito, Lula atacará igrejas evangélicas, aprovará leis pró-aborto e ideologia de gênero.	13	0,77	32	1,88	22	1,29	27	1,59	112	6,59
7. Bolsonaro mantém os recursos bilionários do chamado ‘orçamento secreto’ para 2023.	73	4,30	22	1,29	5	0,29	7	0,41	70	4,12
8. Série sobre a fome do Jornal Nacional mostra que durante a ‘era PT’ o Brasil permanecia no mapa da fome das Nações Unidas.	42	2,47	104	6,12	64	3,77	88	5,18	406	23,90
9. Bolsonaro agride youtuber que o chamou de ‘chutchuca do centrão’	32	1,88	75	4,41	55	3,24	78	4,59	298	17,54
10. Vaza documento do PT que prevê confisco de bens de cidadãos brasileiros.	5	0,29	94	5,53	66	3,88	105	6,18	381	22,42
11. Véio da Havan tem conta do Instagram suspensa após operação da PF	32	1,88	40	2,35	16	0,94	35	2,06	132	7,77
TOTAL	345	20,31	451	26,55	266	15,66	391	23,01	1699	100,00

Fonte: Elaboração dos autores a partir da compilação dos dados da Pesquisa de Opinião

Observação: São falsas as afirmativas dos itens 1, 2, 4, 6, 8 e 10.

Quanto à proposta de política pública com a qual o entrevistado mais se identificava (**Tab.6**), a adesão ao Plano de Governo do então candidato Lula superou 60% em todos os temas, alcançando percentuais muito superiores aos próprios votos obtidos pelo candidato nos primeiro (46,74%) e segundo (50,28%) turnos (**Tab. 2**). Nos âmbitos da assistência social, educação, saúde, moradia e saneamento, e segurança pública os percentuais de adesão ultrapassam a 72%, expressando ou distorções da amostra ou uma enorme alienação política do eleitor. Tal resultado, se representativo do universo, suscita a questão sobre o descolamento da aceitação das propostas do candidato.

Na faixa de até 2 SM a adesão às propostas bolsonaristas foi de 25,15% nos temas trabalho e emprego; 20,36% em economia, educação, moradia e saneamento, e apenas 15,57% na segurança. Se ampliados para contemplar a faixa de até 5 SM, esses valores são: 23,55% em trabalho e emprego; 19,93% em economia, moradia e saneamento; 14,86% em educação, 16,30% em saúde; e apenas 13,77% na segurança. Isso mostra uma tendência à redução do apoio as teses bolsonaristas a medida em que se aproxima da chamada classe média.

Movimento inverso, de apoio às propostas do Plano de Governo Bolsonaro ocorre a medida em que se caminha para as camadas de maior renda. De acordo com os dados da pesquisa, comparando a adesão às propostas bolsonaristas dos estratos de 5 a 10 SM e mais de 10 SM, nota-se que tal apoio salta de: 16% para 24,14% no tema trabalho e emprego; de 18% para 31,03% no tema economia; de 20% para 22,41% no caso de assistência social; de 12% para 18,97% no tema educação; de 16% para 24,15% em saúde; e de 18% para 20,69% em moradia e saneamento. Apenas em segurança pública os percentuais seguem idênticos (14% e 13,79%) nas duas faixas de renda.

Tabela 6. Belém: Identificação dos entrevistados com as propostas dos planos de governo.

TRABALHO E EMPREGO	< 2 SM		2 A 5 SM		5 A 10 SM		> 10 SM		TOTAL	
	Unid.	%	Unid.	%	Unid.	%	Unid.	%	Unid.	%
Lula	111	28,91	74	19,27	35	9,11	39	10,16	259	67,45
Bolsonaro	42	10,94	23	5,99	8	2,08	14	3,65	87	22,66
Não sei ou prefiro não responder	14	3,65	12	3,13	7	1,82	5	1,30	38	9,90
Total	167	43,49	109	28,39	50	13,02	58	15,10	384	100,00
ECONOMIA	< 2 SM		2 A 5 SM		5 A 10 SM		> 10 SM		TOTAL	
	Unid.	%	Unid.	%	Unid.	%	Unid.	%	Unid.	%
Lula	109	28,39	72	18,75	34	8,85	33	8,59	248	64,58
Bolsonaro	34	8,85	21	5,47	9	2,34	18	4,69	82	21,35
Não sei ou prefiro não responder	24	6,25	16	4,17	7	1,82	7	1,82	54	14,06
Total Geral	167	43,49	109	28,39	50	13,02	58	15,10	384	100,00
ASSISTÊNCIA SOCIAL	< 2 SM		2 A 5 SM		5 A 10 SM		> 10 SM		TOTAL	
	Unid.	%	Unid.	%	Unid.	%	Unid.	%	Unid.	%
Lula	127	33,07	86	22,40	33	8,59	43	11,20	289	75,26
Bolsonaro	26	6,77	15	3,91	10	2,60	13	3,39	64	16,67
Não sei ou prefiro não responder	14	3,65	8	2,08	7	1,82	2	0,52	31	8,07
Total Geral	167	43,49	109	28,39	50	13,02	58	15,10	384	100,00
EDUCAÇÃO	< 2 SM		2 A 5 SM		5 A 10 SM		> 10 SM		TOTAL	
	Unid.	%	Unid.	%	Unid.	%	Unid.	%	Unid.	%
Lula	124	32,29	88	22,92	39	10,16	46	11,98	297	77,34
Bolsonaro	34	8,85	13	3,39	6	1,56	11	2,86	64	16,67
Não sei ou prefiro não responder	9	2,34	8	2,08	5	1,30	1	0,26	23	5,99
Total Geral	167	43,49	109	28,39	50	13,02	58	15,10	384	100,00
SAÚDE	< 2 SM		2 A 5 SM		5 A 10 SM		> 10 SM		TOTAL	
	Unid.	%	Unid.	%	Unid.	%	Unid.	%	Unid.	%
Lula	131	34,11	85	22,14	37	9,64	42	10,94	295	76,82
Bolsonaro	28	7,29	17	4,43	8	2,08	14	3,65	67	17,45
Não sei ou prefiro não responder	8	2,08	7	1,82	5	1,30	2	0,52	22	5,73
Total Geral	167	43,49	109	28,39	50	13,02	58	15,10	384	100,00
MORADIA E SANEAMENTO	< 2 SM		2 A 5 SM		5 A 10 SM		> 10 SM		TOTAL	
	Unid.	%	Unid.	%	Unid.	%	Unid.	%	Unid.	%
Lula	123	32,03	82	21,35	33	8,59	42	10,94	280	72,92
Bolsonaro	34	8,85	21	5,47	9	2,34	12	3,13	76	19,79
Não sei ou prefiro não responder	10	2,60	6	1,56	8	2,08	4	1,04	28	7,29
Total Geral	167	43,49	109	28,39	50	13,02	58	15,10	384	100,00
SEGURANÇA PÚBLICA	< 2 SM		2 A 5 SM		5 A 10 SM		> 10 SM		TOTAL	
	Unid.	%	Unid.	%	Unid.	%	Unid.	%	Unid.	%
Lula	129	33,59	92	23,96	36	9,38	48	12,50	305	79,43
Bolsonaro	26	6,77	12	3,13	7	1,82	8	2,08	53	13,80
Não sei ou prefiro não responder	12	3,13	5	1,30	7	1,82	2	0,52	26	6,77
Total Geral	167	43,49	109	28,39	50	13,02	58	15,10	384	100,00

Fonte: Elaboração dos autores a partir da compilação dos dados da Pesquisa de Opinião

Considerações finais

A análise dos dados relacionados ao processo eleitoral de Belém indica a tendência de eleitores das zonas eleitorais localizadas em áreas de maior renda e IDHM votarem, majoritariamente, no candidato Bolsonaro. O candidato Lula ganhou em territórios periféricos, alagadas ou alagáveis, além de angariar quantidade expressiva de votos de eleitores de camadas de renda média, principalmente dos que votam em zonas eleitorais em que o opositor (Bolsonaro) foi vencedor.

Ao se considerar as informações oriundas da Pesquisa de Opinião realizada no período pré-eleitoral, em que pese às limitações decorrentes do desenho da amostra pesquisada, e as dificuldades de inserir alguns grupos de respondentes (p. ex. os evangélicos), constata-se, indubitavelmente, o significativo papel que as mídias desempenharam na formação do pensamento político e até mesmo na decisão sobre o voto, inclusive nas camadas de menor renda, constituindo-se elemento fundamental na produção de territorialidades materiais e simbólicas. Nesse contexto, ficou evidente também, o papel das notícias falsas (*fake news*).

Outro aspecto digno de nota foi a grande adesão às propostas do Plano de Governo do então candidato Lula, em contraposição às apresentadas pelo opositor. A escolha das propostas de trabalho e emprego, economia, assistência social, educação, saúde, moradia e saneamento e segurança pública do Plano de Governo de Lula foi expressivamente maior do que o próprio voto auferido ao presidente derrotado.

É evidente que para entender e territorializar os resultados do pleito de 2022 é preciso contextualizar, de forma mais detalhada e sistemática o processo eleitoral, atentando para um conjunto de fatos nacionais e locais que ocorreram no primeiro e segundo turnos, como o impacto da pandemia, os bloqueios e assédios realizados nas estradas dos Estados do Norte e Nordeste (cuja maioria dos eleitores votaram no candidato do PT) no segundo turno, a liberação de grandes volumes de recursos de “última hora” para obras e programas sociais mediante, por exemplo, a chamada PEC do Estado de Emergência, dentre muitos outros aspectos.

A participação e o alinhamento das elites econômicas e políticas locais no processo eleitoral, também, no caso de Belém, foi fator muito relevante e que precisa ser considerado, afinal, o voto resulta de relações de poder derivadas de distintos e contraditórios interesses que se operam no espaço geográfico inter-escalar por meio de sua dimensão política, que é o território.

Assim, o território, sendo definido e delimitado por e a partir de relações de poder (Souza, 2013), essas entendidas para além de relações de dominação (violência, força, coerção, vigor etc.) e envolvendo contínuos e redes materiais e imateriais bastante

complexas, converte-se em possibilidade para o entendimento da formação sociopolítica dos atores sociais.

Ademais, a hipótese sobre a ocorrência de correlação entre os votos e as características do território é passível de ser considerada. Em Belém, quer seja na perspectiva zonal ou contígua, ou até mesmo na perspectiva das redes, territorialidades (materiais e virtuais) foram constituídas e são colocadas em operação no processo eleitoral, configurando possibilidades, ora de ruptura, ora de manutenção de hegemonias entre e interclasses sociais, com fortes articulações espaciais. Cabe, agora, aprofundar o estudo sobre elas.

Referências

ARENDDT, Hannah. **A condição humana**. 10. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007.

ATLAS BRASIL. **Bases do Censo e das UDHS por Regiões Metropolitanas**. Disponível em: <<http://www.atlasbrasil.org.br/acervo/biblioteca>. Acesso em: 30/05/2023.

CASTRO, Iná Elias de. **Geografia e política: território, escalas de ação e instituições**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

CELLARD, André. A análise documental. In: POUPART, Jean. *et al.* (org.). **A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos**. Petrópolis: Vozes, 2008. p. 295-316.

DARDOT, Pierre *et al.* **A escolha da guerra civil: uma outra história no neoliberalismo**. São Paulo: Elefante, 2021.

DIAS, Leila Christina. Redes: emergência e organização. In: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo Cesar da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato (org.). **Geografia: conceitos e temas**. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000. p. 141-162.

FUINI, Lucas labigalini. Teorias sobre o território na geografia brasileira. In: SPOSITO, Eliseu Savério; CLAUDINO, Guilherme dos Santos (org). **Teorias na geografia: avaliação crítica do pensamento geográfico**. Rio de Janeiro: Consequência, 2020. p. 199-243.

GO Associados. **Ranking do saneamento do Instituto Trata Brasil 2022 (SNIS 2020)**. Disponível em: https://tratabrasil.org.br/wp-content/uploads/2022/09/Relatorio_do_RS_2022.pdf. Acesso em: 03 jun. 2022.

GRAMSCI, Antonio. **Poder, Política e Partido**. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

HAESBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade**. 4. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009.

IBGE. **Censo Brasileiro de 2010**. Rio de Janeiro: IBGE, 2012.

IBGE. **Panorama**: Belém, Pará Brasil. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pa/belem/panorama>. Acesso em: 11 mai. 2023.

IBGE. **Regiões de Influência das Cidades 2018**. Rio de Janeiro: IBGE, 2020. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/geociencias/organizacao-do-territorio/redes-e-fluxos-geograficos/15798-regioes-de-influencia-das-cidades.html?=&t=acesso-ao-produto>> Acesso em: 31 jul. 2020.

IPEA. Repositório IPEA. **Atlas do Desenvolvimento Humano nas Regiões Metropolitanas Brasileiras**. Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/8182/1/Atlas%20do%20desenvolvimento%20humano%20nas%20regi%C3%B5es%20metropolitanas%20brasileiras.pdf>. Acesso em: 30/05/2023.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Editora Ática, 1993.

RATZEL, Friedrich. Geografia do homem (Antropogeografia). *In*: MORAES, Antônio Carlos Robert (org.). **Ratzel: geografia**. São Paulo: Editora Ática, 1990. p. 32-93.

ROCHA, Camilla; SOLANO, Esther. Introdução. *In*: ROCHA, Camilla; SOLANO, Esther (org.). **As direitas nas redes e nas ruas: a crise política no Brasil**. São Paulo: Expressão Popular, 2019. p. 7-12.

SACK, Robert David. **Human territoriality: its theory and history**. Cambridge: Cambridge University Press, 1986.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. 4. ed. São Paulo: EDUSP, 2008.

SANTOS, Milton. O dinheiro e o território. *In*: SANTOS, Milton; BECKER, Bertha (org.). **Territórios, território: ensaios sobre o ordenamento territorial**. Rio de Janeiro: Lamparina, 2007. p. 13-21.

SANTOS, Milton. O retorno do território. *In*: SANTOS, Milton; SOUZA, Maria Adélia; SILVEIRA, Maria Laula (org.). **Território: globalização e fragmentação**. 4. ed. São Paulo: Hucitec, 1998. p. 15-20.

SONNLEITNER, Willibald. Explorando as dimensões sociais do comportamento político: reflexões teórico-metodológicas sobre geografia eleitoral, cartografia exploratória e

abordagens espaciais do voto. **Estúdios Sociológicos XXXI**: Número extraordinário, 2013.

SOUZA, Marcelo Lopes de. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. *In*: CASTRO, Iná Elias; GOMES, Paulo Cesar da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato (org.). **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995. p. 77-116.

SOUZA, Marcelo Lopes de. Algumas notas sobre a importância do espaço para o desenvolvimento social. **Território**, Rio de Janeiro, ano 2, n. 3, p. 13-35, jul./dez. 1997.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **Os conceitos fundamentais da pesquisa sócio-espacial**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013.

TSE. Tribunal Superior Eleitoral. **Resultados**. Disponível em: <https://sig.tse.jus.br/ords/dwapr/r/seai/sig-eleicao-resultados/maiores-votacoes?p0_turno=2&session=11574682374340>. Acesso em: 30/05/2023.

Recebido: 28/08/2024 Aceito: 20/09/2024

Editor Geral: Dr. Eliseu Pereira de Brito